



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Soberania, (In) Segurança Alimentar e Políticas Públicas

Insegurança alimentar, ação vicentina e valores religiosos: o enfrentamento da fome através da solidariedade

Brenda Saito Aguina
Claudia Neves da Silva

Resumo: A insegurança alimentar constitui o problema central deste estudo, evidenciando a dificuldade de acesso regular e digno à alimentação por parte de famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do artigo é estudar a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo no enfrentamento à fome, relacionando as limitações da ação estatal e os valores religiosos cristãos. Utilizou-se pesquisa qualitativa, por meio de revisão de literatura e entrevista com vicentinos da cidade de Londrina, Pr. Conclui-se que a caridade religiosa contribui para amenizar a fome de forma imediata, embora não substitua políticas públicas.

Palavras-chave: Insegurança alimentar; solidariedade; vicentinos.

Abstract: Food insecurity is the central problem of this study, evidencing the difficulty of regular and dignified access to food by families in a situation of social vulnerability. The objective of the article is to study the performance of the São Vicente de Paulo Society in confronting hunger, relating the limitations of state action and religious Christian values. Qualitative research was used, through literature review and interview with Vincentians from the city of Londrina, Pr. It is concluded that religious charity contributes to alleviating hunger immediately, although it does not replace public policies.

Keywords: Food insecurity; Solidarity; Vincentians.

1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional no Brasil é compreendida como um direito humano fundamental, vinculado diretamente à dignidade da pessoa humana. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) estabelece que a alimentação adequada é um direito básico, sendo responsabilidade do Estado garantir políticas e ações que assegurem esse acesso a toda população (BRASIL, Lei nº 11346, de 2006).

¹ Estudante de graduação do 3º ano do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq do Projeto de Pesquisa “Gênero e Religião: uma relação conflituosa e desigual”. E-mail de contato: brenda.saito.aguina@uel.br

² Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Gênero e Religião: uma relação conflituosa e desigual”. E-mail: claudianeveess@uel.br



É notório que em todos os países a desigualdade existe e há pessoas que sequer possuem o alimento de cada dia presente em suas casas. O professor Walter Belik que foi membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) de 2003 a 2007, já dizia em seu artigo “Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil”, “Dignidade significa permitir que as pessoas possam comer em um ambiente limpo, com talheres e seguindo as normas tradicionais de higiene” (BELIK, 2010, p.14). Não se trata apenas de saciar a fome, mas de ter a possibilidade de comê-los com dignidade. Contudo, infelizmente, essa não é a realidade.

De acordo com Belik (2010), o grande fator não está na falta de alimento no país, mas na falta de renda necessária da população para se alimentar de maneira adequada e saudável (BELIK, 2010, p. 18). Tal realidade evidencia que a fome não é apenas um problema de produção de alimentos, mas sobretudo de desigualdade social, má distribuição de renda e ausência de políticas públicas eficazes.

Para Belik, José Graziano da Silva e Maya Takagi (2001) é necessária a intervenção do Estado com um programa Keynesiano, de forma a incluir aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho ou que possuem renda insuficiente para garantir o alimento. Portanto, deve-se criar mecanismos como o barateamento do acesso à alimentação, aumento da oferta de alimentos baratos e a inclusão das famílias, através do aumento da renda e da universalização dos direitos sociais (BELIK et al., 2001). O modelo de Estado Keynesiano mencionado, fundamenta-se na intervenção ativa do poder público na economia, especialmente por meio de políticas de gasto social, geração de emprego e redistribuição de renda, com o objetivo de corrigir desigualdades estruturais e garantir direitos sociais básicos. Nesse modelo, a segurança alimentar é compreendida como responsabilidade estatal, uma vez que o mercado, isoladamente, não assegura acesso universal à alimentação adequada, sobretudo em contextos de pobreza e desemprego (CARNEIRO, 2012). Demonstrando novamente que a fome no país está fortemente relacionada a falta de renda em função dos baixos salários e do desemprego crescente.

A insegurança alimentar que assola inúmeros lares brasileiros é dividida em três níveis sendo caracterizadas em leve, moderada e grave. A primeira se caracteriza pela redução da qualidade dos alimentos, mas não comprometendo a quantidade, porém há preocupação ou incerteza quanto ao acesso dos mesmos. Já o segundo se caracteriza pela redução da qualidade e quantidade dos alimentos, havendo uma quebra de padrão na alimentação, pois não há acesso para comprá-los. E o terceiro se caracteriza pela redução da qualidade e quantidade dos alimentos na casa, havendo a presença de fome entre os moradores e possibilitando que alguém fique o dia inteiro sem se alimentar (SPERANDIO; MORAIS; PRIORE, 2020, p. 76). É necessário que medidas sejam realizadas para evitar que a população brasileira alcance o nível de insegurança alimentar.



E apesar da alimentação ser um direito humano previsto no Artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos - “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si a sua família saúde e bem-estar inclusive alimentação...” (ONU, 1948), o Estado nem sempre consegue alcançar essas pessoas. Dessa maneira, cristãos e grupos religiosos agem de forma positiva para tentar que a comida chegue no prato daqueles que nada tem.

Assim, este artigo tem como objetivo entender a insegurança alimentar como um problema social, discutir a atuação dos vicentinos no combate à fome e refletir sobre a importância dos valores religiosos que orientam essa prática. Busca-se demonstrar que através das práticas religiosas, quando articuladas a iniciativas de ação social, podem contribuir significativamente para promoção da dignidade humana e para a construção de uma sociedade mais justa, portanto, para isso, foi necessária uma pesquisa de campo no bairro Novo Horizonte 1, localizado na zona norte da cidade de Londrina, Pr, para entender o que move os cristãos a realizarem ações de caridade com os mais necessitados, além das leituras de artigos acadêmicos que possibilitou maior compreensão sobre o Estado e seu papel diante um problema permanente no país e os estudos sobre a Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) para conhecer sua história e do movimento realizado por eles.

1.1 Fome Zero

O Estado enfrenta o problema da insegurança alimentar através de políticas públicas que tem como objetivo entendê-las como um direito e não apenas como uma assistência. Ela não é capaz de assegurar que todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade extrema tenham acesso ao alimento, mas evita que a situação que não é boa, piore ainda mais. O programa Fome Zero foi implementado pelo governo em meados dos anos 2000, na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, como uma proposta governamental para acabar com a fome e a pobreza do Brasil, mas sabemos que acabar com a fome é uma missão complexa. Em outubro de 2001 foi apresentado um documento que continham 132 páginas, elaborado pelo Instituto de Cidadania, na coordenação de José Graziano da Silva, documento este que apresentou como principal objetivo a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira. O programa visava não apenas na questão da fome, mas em adequá-lo em outras políticas voltadas a distribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, e outras intervenções de ordem emergencial (YAZBEK, 2004, p. 8).

O programa emerge no país em um contexto de profundas transformações societárias e de alterações na proteção social destinada particularmente aos segmentos populacionais em situação de maior risco e vulnerabilidade social (YAZBEK, 2004, p. 3).

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, até janeiro de 2004, as principais ações do Programa foram: o atendimento de 1.900.000 famílias, totalizando 11 milhões de pessoas, em 2.369 municípios, prioritariamente localizados nas regiões semiáridas do Nordeste (YAZBEK, 2004, p. 21). Esses números revelam que políticas públicas



são indispensáveis e necessárias para alcançar a população mais carente. Apesar dos feitos, o Programa Fome Zero deixou de existir quando em 9 de janeiro de 2004, o presidente Lula assinou a Lei nº 10.836, e assim entrou em vigor o Programa Bolsa Família; programa de transferência de renda do governo Federal Brasileiro voltado às pessoas em situação de pobreza. Além disso, unificou outros programas federais de transferência de renda como Bolsa Alimentação, Programa Nacional de Acesso à Alimentação e Auxílio Gás. Todas as medidas voltadas à classe mais vulnerável. (BELIK, 2010, p.139).

No ano de 2020, devido a pandemia da Covid-19 e desmontes de políticas públicas, o aumento da fome acontecia de forma rápida. Na presidência de Jair Messias Bolsonaro, o presidente fez cortes orçamentários em políticas públicas ligadas a alimentação como o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), que tem o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, promover a inclusão econômica e social, e garantir segurança alimentar a populações vulneráveis. Programa que foi fundamental para que o Brasil saísse do mapa da fome (PEREIRA et al., 2021). Na presidência mais recente de Luiz Inácio Lula da Silva, 2023-2024, o presidente retomou o programa do PPA, no dia 22 de março de 2023, uma importante iniciativa para a agricultura camponesa (CARVALHO, 2025, p. 15).

A segurança alimentar é entendida da seguinte maneira: “A garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e nem o sistema alimentar futuro, devendo-se realizarem bases sustentáveis. Todo o país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos estados nacionais assegurar linha de direito e devem fazer-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas” (Projeto Fome Zero, 2002).

Conforme Yazbek (2012), a focalização excessiva das políticas sociais tende a produzir respostas fragmentadas e insuficientes frente à complexidade das expressões da pobreza, o que contribui para a permanência da fome como problema estrutural. Nesse contexto, a insuficiência da proteção social estatal abre espaço para a atuação de organizações da sociedade civil e instituições religiosas. Diante desse cenário, a atuação da sociedade civil, organizações não governamentais, movimentos sociais e instituições religiosas tornam-se essenciais, assumindo papel de destaque no enfrentamento da fome, muitas vezes suprimindo lacunas deixadas pelo poder público. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP), cujas ações são fundamentadas em valores religiosos cristãos, especialmente a caridade, a solidariedade e o compromisso com os mais pobres.

2. VICENTINOS E O COMPROMISSO COM A CARIDADE

A Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) teve sua origem em Paris, França, com a ideia de Antônio Frederico Ozanan e seus colegas, que queriam realizar ajuda aos mais pobres



(SILVA, 2010, p. 47). Ela surgiu em 1833 e se espalhou por vários países. A Sociedade surgiu como resposta às desigualdades sociais decorrentes das transformações econômicas e urbanas da época, buscando oferecer auxílio direto às pessoas em situação de pobreza.

No Brasil, a primeira conferência da SSVP foi fundada em 4 de agosto de 1872, no Rio de Janeiro, pelo Conde Aljezur, pelo advogado Pedro Fortes Marcondes Jobim e pelo médico Antônio Seccioso de Sá; antes do fim da escravidão e em plena efervescência da Questão Religiosa (SILVA, 1999, p. 56). A presença da SSVP ao longo de décadas demonstra a relevância histórica das organizações religiosas no enfrentamento das expressões da questão social. Em muitos territórios marcados por pobreza e exclusão, os vicentinos atuam diretamente nas lacunas deixadas pela insuficiência de políticas públicas, garantindo acesso emergencial a alimentos e outros recursos básicos. Desse modo, os vicentinos são grupos de pessoas católicas que realizam ações caridosas, dedicando-se a visitas domiciliares, levando alimentos, além de roupas e remédios para famílias carentes, tudo isso, conforme o que foi relatado na reunião sem expectativas de retorno, pois assumem como missão principal o serviço aos pobres, baseado na humildade, na simplicidade e no amor ao próximo

Em Londrina, localizada na região norte do Estado do Paraná, a SSVP surgiu em agosto de 1944 atuando em todos os bairros da cidade. Os primeiros vicentinos da cidade eram profissionais como advogados, engenheiros e professores, voltavam suas atenções para as famílias e indivíduos que não tinham condições mínimas para sobreviver. Nas atas dos anos de 1949 a 1958 a Prefeitura de Londrina também repassava recursos para os vicentinos atenderem as famílias carentes, além disso lojas comerciais, bancos e pessoas à comunidade também realizavam doações como em dinheiro ou em bens materiais (alimentos, remédios e roupas) (SILVA, 2001).

Os vicentinos exercem uma prática assistencialista, com viés paternalista, sem se preocupar ou questionar sobre as causas ou os mecanismos que levam a reprodução da pobreza na sociedade. Sendo assim, eles abominam qualquer tipo de revolução, protestos e pregam a conciliação entre as classes sociais (CARNEIRO, 2021, p. 35). Isso significa que não são radicais e não procuram lidar com o problema do enfrentamento da fome através de revoluções e reivindicações políticas, pois valorizam a caridade, a harmonia e as práticas de assistência e de solidariedade aqueles que mais precisam. Recebem este nome devido ao trabalho de caridade que foi realizado pelo santo São Vicente de Paulo, padroeiro da sociedade São Vicente de Paulo, título que é lembrado pela Igreja Católica como o “pai dos pobres” (SILVA, 2010, p. 47).

No dia 25 de novembro de 2025 participamos da reunião da conferência vicentina com o coordenador dos vicentinos, Cláudio e seus colegas, na igreja Nossa Senhora de Guadalupe, localizado no bairro Novo Horizonte 1, da cidade de Londrina, Pr, com a finalidade de entender mais sobre o trabalho realizado e compreender melhor a motivação de suas ações junto as famílias em situação de vulnerabilidade. Na reunião estavam presentes 4 homens adultos e 1 um menino, 5 mulheres adultas e 3 meninas. Todos sem exceção, participavam das reuniões quinzenais por livre espontânea vontade e por acreditarem que este trabalho se trata de algo



benéfico para a sociedade. O grupo recebeu o mesmo nome da igreja, e atua desde 2010, abrangendo bairros e território como São Jorge, Aparecidinha, Jequitibá e o próprio Residencial Horizonte 1 e o 2, todos localizados na zona norte de Londrina.

Antes da pandemia, que ocorreu em 2020, os vicentinos atendiam 30 famílias. No ano de 2024, eram 25 famílias e até o momento da entrevista esse número decresceu novamente com um total de apenas 13 famílias sendo atendidas pelos vicentinos, das quais 7 são chefiadas por mulheres. Esse decréscimo se deveu à falta de recursos para que a ação pudesse ser continuada. Para identificar quais famílias recebem ou não ajuda, faz-se necessário a realização de uma visita domiciliar, considerado um dos pilares da ação vicentina, porque permite conhecer de perto a realidade das famílias assistidas, como são chamados aqueles que recebem a ajuda dos vicentinos, e realizam algumas perguntas para obter informações acerca da necessidade de receber algum amparo. Algumas questões levantadas: se tem filhos, se são crianças, se está atualmente empregado e se recebe algum tipo de benefício do governo.

Parte do dinheiro arrecado para montar as cestas básicas vem de bazares que ocorrem de duas a três vezes por ano, em que a maior parte das compras realizadas são de brechós e não da própria comunidade. As cestas básicas são compostas por alimentos básicos como arroz, feijão, óleo, açúcar e leite, não possuindo alimentos de consumo ocasional como refrigerantes, salgadinhos, doces e produtos ultraprocessados de modo geral. Quando há crianças na casa e os vicentinos tentam arrecadar biscoitos recheado para a alegria dos mesmos.

O relato de alguns participantes da reunião se assemelha quando relatam que já foram ajudados quando precisavam e hoje que podem fazer o mesmo realizam este ato de solidariedade sem pensar duas vezes. O relato de uma das participantes da reunião revela que já esteve do outro lado em momentos de muita dificuldade e hoje tendo a oportunidade de retribuir realiza esse gesto sem hesitar. Enquanto contava seu relato as lágrimas escorriam, demonstrando uma gratidão em realizar as doações ao mesmo tempo que lembrava do passado, onde a escassez era presente e a única forma de conseguir alimento era através de doação.

Os valores religiosos cristãos constituem a base da atuação vicentina. A caridade é definida da seguinte forma: "...uma ação fundada em valores como altruísmo e bondade e que teria sido pregada e incentivada por Jesus Cristo" (SILVA, 2007, p.1). Também é entendida como amor ao próximo, um princípio central do cristianismo que orienta a prática do cuidado com os mais necessitados. Baseando-se sempre na empatia com quem mais necessita, questão essa que está descrita na Bíblia e é usada como referência para serem pessoas semelhantes à pessoa de Cristo, figura esta que eles seguem. O gesto de solidariedade dos vicentinos demonstra que sua participação social tem impacto positivo, pois famílias são ajudadas em momentos de dificuldade financeira, em que nem ao menos os alimentos conseguem comprar. No combate à insegurança alimentar, os vicentinos desempenham papel fundamental, especialmente em comunidades onde o acesso às políticas públicas é limitado.

A distribuição de cestas básicas, refeições e outros auxílios alimentares representa uma resposta imediata à fome, garantindo a sobrevivência de inúmeras famílias. Tudo o que está no



alcance dos vicentinos, eles realizam, mas nem sempre conseguem alcançar todas as famílias do bairro, pois a demanda é alta e os recursos são poucos. Há vezes em que nem o Estado que devia assegurar a alimentação a população consegue alcançar as pessoas em situação de vulnerabilidade extrema e por este motivo a presença dos vicentinos e de outros grupos religiosos é tão importante para impedir que famílias não tenham comida dentro de casa.

Para os vicentinos, servir aos pobres é servir ao próprio Cristo, o que confere profundo significado espiritual à ação social. Visto que, realizam reuniões quinzenais para discutirem o que irão fazer e como poderão ajudar as famílias que passam por alguma dificuldade. Doam seu tempo em favor daqueles que precisam de sua ajuda.

Não só os vicentinos, mas também membros da igreja evangélica realizam esse tipo de ação. Os pastores Anderson, responsável pela igreja “Deus Vivo” e o pastor Soares responsável pelo CEPAS (Centro de Esperança por Amor Social), uma instituição sem fins lucrativos que atendem crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, realizam trabalhos voluntários com as famílias do assentamento Nossa Senhora Aparecida, mais conhecido como “Aparecidinha”, entregando cestas básicas, refeições em marmitas e quando possível com a doação de roupas. O assentamento é um local extremamente precário, com falta de saneamento básico, asfalto e energia elétrica com postes que iluminam as vielas quando o sol se põe. Em situações tão degradantes, a insegurança alimentar é mais um problema que assola o local e muitos conseguem se alimentar graças a ações realizadas pelos grupos religiosos que se solidarizam com a situação e vulnerabilidade que adultos, jovens e crianças enfrentam nesse lugar.

A solidariedade e a fraternidade se destacam como valores fundamentais, incentivando a partilha e o reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos. Dessa forma, a atuação de grupos religioso assumem papel relevante no enfrentamento da insegurança alimentar, ao mobilizar pessoas e recursos em favor dos mais vulneráveis. A persistência da fome em um mundo marcado pela abundância de recursos, torna-se um tema sensível e complexo, pois escancara profundas desigualdades sociais, pois enquanto algumas mesas possuem fartura, outras permanecem vazias, revelando a injusta da distribuição de alimentos. Toda ajuda realizada por esses grupos religiosos é necessária, porém não o suficiente para acabar com a fome e a miséria que vivem essas famílias, pois trata-se de uma ajuda emergencial que não supre a carência de uma vida toda, apenas de um dado momento.

Não se trata apenas de suprir a carência material, mas também de preenchê-los espiritualmente, através dos trabalhos de evangelização realizados pelos grupos religiosos. Este movimento trata-se de espalhar a palavra de Cristo afim de materializar aquilo que foi deixado por ele. A atuação vicentina caracteriza-se por uma abordagem humanizada que considera aspectos materiais, emocionais e espirituais. Dessa maneira, a ajuda oferecida não se limita à doação de alimentos, mas envolve escuta, oração e conselhos. A Sociedade São Vicente de Paulo busca garantir, mesmo que de forma emergencial, condições mínimas de dignidade às famílias atendidas por meio da doação de alimentos e outros auxílios. Diante de uma sociedade marcada por desigualdades sociais tão grandes, através de um pouco de empatia e compaixão



pelo sofrimento alheio, o meio religioso se move para que algo seja feito. Mesmo que os próprios saibam que a doação de alimentos não seja o suficiente para acabar com a fome do mundo, realizar o mínimo perante a essa situação torna-se um grande feito.

A Sociedade São Vicente de Paulo insere-se nesse contexto como expressão histórica da caridade cristã, oferecendo auxílio material e espiritual às famílias assistidas. A ação vicentina evidencia a importância da solidariedade como instrumento de mobilização social, promovendo apoio imediato a indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade. Essa prática demonstra que a assistência vicentina ultrapassa a dimensão exclusivamente material, contemplando também aspectos humanos, emocionais e religiosos. Entretanto, a permanência de demandas sociais atendidas por organizações religiosas também revela a insuficiência das políticas públicas em alcançar todos os segmentos da população.

A caridade cristã baseada pela disposição de servir ao próximo, compreendida como um dever cristão voltado aos desfavorecidos, revela um espírito solidário e nobre (SILVA, 2006, p. 327) e isso é o que mantém de pé inúmeros trabalhos voluntários realizadas pelas igrejas cristãs. Não é sobre receber algo em troca, mas fazer o bem sem olhar a quem. Embora as ações realizadas por grupos religiosos não sejam suficientes para erradicar a fome, elas contribuem para aliviar o sofrimento de pessoas em situação de vulnerabilidade a oferecerem recursos que permitem sua alimentação.

3. RESULTADO E CONCLUSÃO

A insegurança alimentar é um problema social complexo que exige ações integradas e contínuas. A análise realizada neste artigo evidencia que o combate à fome não se limita à oferta de alimentos, mas envolve a promoção da dignidade humana e da solidariedade. Contudo, práticas assistencialistas, embora fundamentais em contextos de emergência, não alteram estruturalmente as condições que produzem a pobreza. Para Netto (2001), a superação da questão social exige políticas universais e estruturantes, capazes de garantir direitos e promover inclusão social.

Políticas públicas para o enfrentamento da fome devem ser criadas para mitigar essa situação, em que famílias não conseguem se alimentar. A análise do Programa Fome Zero e de outros programas citados no texto como o Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Programa de Acesso a Alimentação e o Auxílio Gás demonstram que o Estado possui papel central no enfrentamento da fome, devendo atuar por meio de políticas integradas que promovam inclusão social, redistribuição de renda e ampliação do acesso à alimentação. Entretanto, também se constatou que, mesmo com a existência de políticas públicas, ainda persistem lacunas que dificultam o alcance de toda a população em situação de vulnerabilidade.

Foi possível observar que, além das políticas governamentais, a participação da sociedade civil organizada desempenha papel fundamental na construção de redes de solidariedade e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social. Organizações não



governamentais, movimentos sociais e instituições religiosas contribuem para reduzir os impactos imediatos da fome, especialmente em territórios marcados por precariedade de serviços públicos. Contudo, é importante destacar que essas ações possuem caráter complementar e não substituem a responsabilidade do Estado na garantia de direitos sociais.

A atuação da Sociedade de São Vicente de Paulo, fundamentada em valores religiosos cristãos, demonstra que a fé pode ser um poderoso instrumento para diminuir a fome de inúmeras famílias em situação de extrema vulnerabilidade. Ao unir espiritualidade e ação concreta, os vicentinos contribuem de forma significativa para o enfrentamento da insegurança alimentar e para a construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo e de outras organizações religiosas evidencia que a ação voluntária pode promover impactos positivos na vida de famílias vulneráveis. No entanto, tais práticas devem ser compreendidas como complementares às políticas públicas e não como solução definitiva para a pobreza estrutural. É importante reconhecer que iniciativas filantrópicas, embora essenciais em contextos emergenciais, não substituem a responsabilidade estatal na garantia do direito humano à alimentação adequada. O enfrentamento efetivo da fome exige ações estruturais capazes de reduzir desigualdades históricas.

Ao analisar os fatos, relacionando desigualdade social, insegurança alimentar, o gesto de solidariedade dos vicentinos, pode-se concluir que é necessário a articulação de estratégias eficazes de combate a insegurança alimentar, exigindo a articulação entre Estado, com diferentes políticas públicas, sociedade civil e instituições religiosas. Essa integração pode potencializar os resultados das ações de enfrentamento da fome, garantindo maior alcance na efetividade dessas políticas. Esse problema torna-se ainda maior, pois é difícil alcançar todas as pessoas que passam por alguma dificuldade no acesso à alimentação. A solidariedade dos cristãos é um legado bíblico que realizam por acreditarem que estão fazendo o certo e não só suprir carências materiais, mas também espirituais, através de orações e conhecimento da palavra de Deus. As igrejas tomam para si o papel de prestar assistência material e espiritual aos excluídos dos bens e serviços da sociedade (SILVA, 2007, p. 3).

A frase “Nada se perde, tudo se destina”, inserida no próprio site da Sociedade demonstra que todo gesto de solidariedade alcança a vida de alguém que necessita. Dessa forma, a articulação entre Estado e sociedade civil, mostra-se essencial para garantir o direito humano à alimentação e promover a construção de uma sociedade mais justa. “O importante é fazer caridade, não falar de caridade!” Santa Dulce dos pobres.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter; GRAZIANO, José da Silva; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119–128, 2001. Acesso em 05 de fevereiro de 2026.

BELIK, Walter. *Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil.* Saúde e



Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12–20, jan./jun. 2003. Acesso em 03 de fevereiro de 2026.

BELIK, Walter. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. v. 1. Acesso em 19 de fevereiro de 2026.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. Disponível em: [Acessar Lei 11.346/2006](#). Acesso em 08 de fevereiro de 2026.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. especial, p. 749–778, dez. 2012. Acesso em 04 de fevereiro de 2026.

CARNEIRO, Renilson Carlos. **Assistencialismo, pobreza e confrontos: a Sociedade São Vicente de Paulo em Catalão – GO (1914–1960)**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, 2021. Acesso em 06 de fevereiro de 2026.

CARVALHO, Edilekson Silva de; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Governo Lula III: uma análise das políticas agrárias, agrícolas e alimentares no biênio (2023-2024). Geotemas, Pau dos Ferros, v. 15, p. 01-26, 2025. Acesso em 19 de fevereiro de 2026.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 2. ed. 1996. Acesso em 07 de fevereiro de 2026.

PEREIRA, Lorena Izá et al.; **A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo**. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 24, n. 58, p. 08-27, maio/ago. 2021. Acesso em 19 de fevereiro de 2026.

SILVA, Cláudia Neves da. **Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006. Acesso em 07 de fevereiro de 2026.

SILVA, Cláudia Neves da; LANZA, Fabio. **Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?** História (São Paulo), São Paulo, v. 29, n. 1, p. 40–55, 2010. Acesso em 04 de fevereiro de 2026.

SILVA, Cláudia Neves da. **Poder público municipal e Sociedade de São Vicente de Paulo: dois modelos de atuação na área da assistência social em Londrina: 1964–1988**. Assis, 1999. 123 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Acesso em 08 de fevereiro de 2026.

SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO (SSVP). **O que é SSVP Brasil? Conheça a organização que transforma vidas com solidariedade e fé**. 2025. Disponível em: <https://www.ssvpbrasil.org.br/noticias/o-que-e-ssvp-brasil-conheca-a-organizacao-que-transforma-vidas-com-solidariedade-e-fe>. Acesso em: 8 fev. 2026.

SPERANDIO, Naiara; MORAIS, Daniella de Souza; PRIORE, Silvia Eloiza (orgs.). **Atualizações e debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2020. Acesso em 04 de fevereiro de 2026.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 51–60, jan./jun. 2003. Acesso em 03 de fevereiro de 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004. Acesso em 07 de



fevereiro de 2026.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 288-322, jun. 2012. Acesso em 03 de fevereiro de 2026.